UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília

CULTURA ACADÊMICA
Editora

A Disciplina Educação Para Sexualidade Como Prática De Resistência: o contexto histórico e político das transformações curriculares

Vinicius Mascarenhas dos Passos
Marcos Lopes de Souza

Como citar: Como citar: PASSOS, Vinicius Mascarenhas dos; SOUZA, Marcos Lopes de. A Disciplina Educação Para Sexualidade Como Prática De Resistência: o contexto histórico e político das transformações curriculares. *In*: SILVA, Matheus Estevão Ferreira da; JUNIOR, Wagner Antonio; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (org.). **Educação, direitos humanos e diversidade:** o currículo em foco. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2025. p.247-269. DOI: https://doi.org/10.36311/2025.978-65-5954-609-1.p247-269

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).
Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).
Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

A DISCIPLINA EDUCAÇÃO PARA SEXUALIDADE COMO PRÁTICA DE RESISTÊNCIA: O CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO DAS TRANSFORMAÇÕES CURRICULARES

Vinicius Mascarenhas dos PASSOS[1]
Marcos Lopes de SOUZA[2]

Apontamentos Iniciais

Devido à sua potencialidade na produção de sujeitos, em meio às relações de saber-poder, o currículo escolar se constitui, muitas vezes, como um sistema de regulação moral e de controle das identidades. Portanto, por meio do currículo são selecionados os conhecimentos utilizados para (des)privilegiar alguns grupos e construir subjetividades, garantindo a permanência de referenciais hegemônicos e, poucas vezes, legitimando lugares para os grupos subalternizados (SILVA, 2010; LOPES; MACEDO, 2010).

Apesar de o currículo ser utilizado para nomear, classificar, hierarquizar e regular, também é um território de conflito, contestação e luta. Com base nesta perspectiva, quando alguns

[1] Doutorando e Mestre pelo Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores (PPGECFP) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié, Bahia, Brasil. E-mail: vini-mascarenhas@hotmail.com.
[2] Professor Pleno do Departamento de Ciências Biológicas e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade (PPGREC) e do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Formação de Professores (PPGECFP) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié, Bahia, Brasil. Email: markuslopessouza@gmail.com.

https://doi.org/10.36311/2025.978-65-5954-609-1.p247-269

espaços curriculares produzem diálogos sobre questões marginalizadas, como diversidade de gênero e sexual, em tempos de ódio e perseguição à comunidade LGBTTQIAPN+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transgêneras(os), *queer*, intersexo, assexuais, pansexuais, não-binários e demais dissidentes de gênero e sexuais), estes lugares podem se constituir como resistências.

Pensando dessa maneira, em 2005, no município de Jequié (BA), foi criado o componente Educação para Sexualidade (EPS), como parte da matriz curricular dos anos finais do ensino fundamental regular e 2° segmento da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A implementação nessa etapa da educação básica foi possível por entenderem que esses/as discentes já teriam uma idade considerada adequada para discutirem sobre sexualidade (AZEVEDO; SOUZA, 2016).

Ter um componente curricular específico para abordar essas questões foi possível por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n. 9.394/96. No artigo 26 é dito que o currículo do ensino fundamental deve ter uma base nacional comum complementada por uma parte diversificada de acordo com as características locais, regionais e culturais das/os discentes (BRASIL, 1996). No início, a disciplina foi criada com o intuito de controlar o aumento dos casos de gravidez na adolescência e Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), sendo solicitada a sua integração na parte diversificada do currículo do 8° e 9° ano do ensino fundamental das escolas municipais (AZEVEDO; SOUZA, 2016).

Nesses 19 anos de existência do componente curricular Educação para Sexualidade houve modificações e permanências que estão associadas a uma compreensão de educação perpassando pelos diferentes governos. Em tempos que se presenciam fortes embates e disputas dos grupos conservadores, ao desejarem controlar, regular,

limitar e impedir os avanços e conquistas históricas das discussões de gênero e sexualidade, pensamos a disciplina EPS como uma forma de resistência e, dependendo da proposta curricular, até subversiva.

Por compreendermos a importância de resistir em toda essa conjuntura, tomamos esse conceito como fundamental para analisar a construção e o desenvolvimento dessa disciplina. Com base nos ensinamentos de Michel Foucault (1988), a resistência é uma força e atua como parte do poder, sempre havendo possibilidades de resistir por meio dessas relações. Esse fato nos instiga a questionar: como esse componente vai se constituindo enquanto disciplina escolar? Portanto, nesse trabalho analisamos o contexto histórico e político das transformações curriculares da disciplina Educação para Sexualidade desde sua implementação em 2005, nas escolas municipais da cidade de Jequié (BA).

Direcionamentos Metodológicos

Nós rejeitamos um manual metodológico linear e fixo, ou seja, um roteiro cheio de afirmações decisivas que qualquer pessoa possa seguir para chegar em um mesmo resultado. Certamente, essa proposta desestimularia o pensamento e o questionamento. Portanto, com base nos estudos foucaultianos, pós-críticos e pós-estruturalistas, podemos pensar a construção das disciplinas escolares com base em um contexto histórico de rupturas e continuidades.

Aproximamo-nos da vertente pós-estruturalista por nos levar a desconfiar das verdades universais e estáveis, admitindo a incerteza e a dúvida. Temos aprendido a operar com a provisoriedade, sem considerar que vale tudo na construção e realização das pesquisas. Nós nos implicamos em realizar pesquisas com rigorosidade, mas praticando o autoquestionamento. Abandonamos a pretensão de

dominar o assunto, por compreendermos que a tarefa de conhecer é incompleta. Lidamos com contradições e pensamos que algo pode ser, ao mesmo tempo, isso e aquilo. Portanto, buscamos experimentar a pluralidade (LOURO, 2007).

Valorizamos e operamos com o local e as particularidades da disciplina Educação para Sexualidade no município de Jequié (BA), analisando as influências nacionais que repercutiram em seu contexto e vice-versa. Entendemos que qualquer verdade é provisória, estando ancorada em determinada época para um grupo ou sociedade. Sendo assim, as relações móveis e fluidas entre saber-poder se estendem por toda parte, produzindo conhecimentos, discursos, objetos e verdades de acordo com o contexto histórico (SILVA, 2010).

Para a constituição do material empírico dessa pesquisa, delimitamos que as/os participantes seriam docentes e (ex)docentes que atuam/atuaram na disciplina de EPS e (ex)profissionais da Secretaria Municipal de Educação (SME) de Jequié que estavam/estão envolvidas/os na sua construção ou na gestão desse componente curricular. Com o fechamento das escolas, devido ao cenário pandêmico imposto pela covid-19, em dezembro de 2020, o primeiro autor desse trabalho buscou orientações na SME de Jequié para conseguir o contato telefônico (*WhatsApp*) dessas/es profissionais.

Antes de iniciar a produção do material empírico, essa pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Jequié (BA), número CAAE: 45529021.6.0000.0055. Além disso, todas/os as/os participantes foram informadas/os acerca da investigação e sobre a possibilidade de dirimir quaisquer dúvidas. As pessoas que aceitaram participar, confirmaram por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Na busca pela preservação do anonimato das/os participantes, atribuímos nomes

fictícios em memória das pessoas LGBTTQIAPN+ assassinadas na Bahia, em 2019, de acordo com os dados do Grupo Gay da Bahia (GGB).

Como instrumento de produção de informações, utilizamos das entrevistas narrativas. Conforme mencionado por Sandra Jovchelovitch e Martin W. Bauer (2012), as entrevistas narrativas encorajam e estimulam as/os participantes a comentarem sobre os acontecimentos marcantes do contexto que viveram, abordando pontos de vista singulares. Dessa forma, as/os entrevistadas/os lembraram dos fatos que envolveram a disciplina EPS e relataram suas histórias, até mesmo com certo saudosismo.

As entrevistas foram realizadas individualmente e de forma virtual pela plataforma do *Google Meet*. Neste trabalho traremos análises das entrevistas realizadas com duas (ex)profissionais da SME e duas (ex)docentes da disciplina EPS. No que diz respeito aos dados pessoais das técnicas da SME, Cristiane e Priscila se identificam como mulheres cis, heterossexuais e cristãs. Cristiane possui cor branca e Priscila é parda. Possuem idades, respectivamente, de 41 e 58 anos. Cristiane atuou profissionalmente na SME de 2006 a 2008 e Priscila trabalha desde 2006.

Analisando o perfil das (ex)docentes, Bruna preferiu não dizer seu gênero, orientação sexual e cor, identificando apenas sua religiosidade católica. Enquanto Mônica afirmou ser uma mulher cis, heterossexual, branca e de religião protestante. Possuem idades, respectivamente, de 40 e 55 anos. Ambas são da área de Ciências da Natureza, sendo Bruna licenciada em Química e Mônica em Ciências com habilitação em Biologia, concluindo seus cursos em 2005 e 2002, respectivamente.

Bruna exerce a profissão docente há 22 anos e Mônica exerceu por 30 anos, sendo, atualmente, aposentada. Bruna é professora

efetiva, ministra a disciplina EPS, atualmente, e a assumiu desde o início da implementação curricular, com exceção de poucos anos. Mônica ministrou esse componente curricular por dois ou três anos no início da sua implementação.

Além das entrevistas, neste artigo também trabalhamos com as pesquisas desenvolvidas sobre a disciplina Educação para Sexualidade como material de análise. Assim sendo, utilizamos a monografia de especialização de Maria José Sá Barreto Queiroz (2007) e as dissertações de mestrado de Suse Mayre Martins Moreira Azevedo (2013), Suzane Nascimento Cabral (2016), Laís Machado de Souza (2017), Thaís Santos Santana (2020) e Vinicius Mascarenhas dos Passos (2022).

Para realizarmos as análises, nos pautamos nos estudos foucaultianos, pós-críticos e pós-estruturalistas. Neste texto, focalizaremos como a disciplina EPS foi se constituindo ao longo dos seus dezenove anos, em meio a movimentos de fortalecimento dos debates sobre sexualidade na escola, incentivados pelos movimentos sociais e pelas políticas públicas e também de contramovimentos pautados no fundamentalismo religioso.

A Res(ex)istência da Disciplina Educação Para Sexualidade Diante do Contexto Histórico e Político Conservador

Ao longo dos seus anos de existência, na disciplina EPS, houve disputa entre os conhecimentos incluídos ou excluídos para serem ministrados. Entre as definições que são dadas para disciplina escolar, André Chervel (1990) assemelha seus "sinônimos" como "matérias" ou "conteúdos" de ensino, entendendo-a como aquilo que se ensina. Frequentemente, isso demonstra uma posição política de educação

para responder a necessidade de determinados conhecimentos em nossa sociedade.

Por não ter ocorrido nenhuma iniciativa de projeto e formação para a disciplina EPS, nos últimos anos, durante o contexto pandêmico, em julho de 2021, a coordenação dos anos finais do Ensino Fundamental da SME realizou um convite às/aos professoras/es deste componente curricular, bem como às/aos coordenadoras/es das respectivas escolas, para uma roda de conversa. Este momento de diálogo ocorreu via online, com a participação de uma docente da UESB/Jequié, para apresentar o projeto "Educação para prevenção: uma questão de saúde sexual e reprodutiva". Apesar de não sermos docentes da disciplina EPS, mas por estarmos pesquisando esse componente curricular, ao ter ciência desse convite, o primeiro autor deste trabalho se interessou em saber mais sobre essa proposta e participou dessa reunião.

Analisando a fala da coordenadora e os escritos do projeto de extensão que foi projetado por meio de um slide, a proposta desse projeto visava promover, apoiar e incentivar a saúde sexual e reprodutiva da comunidade acadêmica e extra-acadêmica em parceria com a Secretaria Municipal de Educação (SME) e o Núcleo Territorial de Educação do Estado da Bahia (NTE). Sua ação seria desenvolvida entre maio e dezembro de 2021. Nesse sentido, foi reconhecido que, devido ao grande número de jovens e adolescentes desconhecedoras(es) das questões envolvendo a saúde sexual e reprodutiva, esse projeto auxiliaria a disciplina a ser um espaço (in)formador a fim de que houvesse as mudanças desejadas. Assim, foram desenvolvidas oficinas, rodas de conversa e apresentações de vídeos com discussões em grupo por meio das plataformas digitais com o apoio de discentes do curso de saúde da UESB/Jequié.

Esta preocupação com a saúde sexual e reprodutiva deve ser considerada, contudo, não podemos cair na armadilha de relacionar o sexo sempre com a reprodução compulsória ou com as doenças, entendendo-o como imundo e pecaminoso, algo muito comum na história da Educação Sexual no Brasil. Recentemente, a ex-ministra Damares Regina Alves, titular do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) defendia que as discussões sobre Educação para Sexualidade nas escolas deveria incentivar as/os jovens a adiarem o momento da primeira relação sexual, realizando a abstinência como forma de evitar as IST e a gravidez. Essa proposta se consolidou na campanha "Tudo tem o seu tempo: adolescência primeiro, gravidez depois". Esse pensamento reitera o sexo como perigoso, causando medo e desvinculando-o do prazer. Ela contesta o sexo por prazer, produzindo um discurso de que este deve estar subjugado ao amor idealizado entre homem e mulher cis.

Percebemos que essas propostas preventivas se assemelham às condições de emergência da disciplina EPS, implementada em 2005, no qual, pautaram a prevenção as IST/HIV/AIDS e gravidez na adolescência. A disciplina EPS foi implementada em um período marcado em âmbito nacional e internacional na busca pelo direito à dignidade e respeito à diferença como um reflexo aos avanços da luta dos movimentos sociais que foram duramente conquistados.

Sobretudo, pensava-se a educação como um espaço preventivo (CÉSAR, 2009), havendo um investimento para que a escola assumisse esse debate. É possível supor que as instituições sociais, em especial a família e a religião cristã, experimentaram, em determinado período histórico, a necessidade de determinar tarefas educacionais às instituições escolares, que conduzissem determinados objetivos educacionais dos seus interesses (CHERVEL, 1990).

Além dessa iniciativa, no final da década de 1990, o governo brasileiro havia proposto um conjunto de reformas curriculares, produzindo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Esse documento foi tematizado como uma resposta aos diversos problemas que a escola foi convocada a intervir, tais como a ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, orientação sexual, trabalho e consumo. Essas temáticas deveriam ser abordadas de forma transversal entre as diversas áreas do conhecimento. Com o estímulo dos PCN para que houvesse as discussões sobre sexualidade com as/os adolescentes na escola, pensando em nível local, de acordo com Maria José Sá Barreto Queiroz (2007):

> A Câmara de Vereadores da cidade de Jequié-BA, no ano de 1998, encaminhou um documento à Secretaria Municipal de Educação solicitando a inclusão da disciplina Orientação Sexual no currículo das escolas de Ensino Fundamental como disciplina obrigatória. Porém, o parecer do Conselho Municipal de Educação de Jequié-BA, naquele momento foi contrário, admitindo que o tema poderia ser abordado conforme propunham os PCN. Porém, em 2004 a disciplina Orientação sexual começou a ser oferecida em uma das escolas da rede municipal e, em seguida, em 2005 a disciplina Educação para a Sexualidade passou a fazer parte do currículo na parte diversificada do conhecimento (CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE JEQUIÉ-BA, 1998 apud QUEIROZ, 2007, p. 16).

Compreendemos que, em primeira instância, o projeto de inserção de um componente sobre sexualidade nas escolas municipais de Jequié (BA) foi rejeitado, em 1998, não pela recusa das discussões, mas, em virtude do entendimento de que essas temáticas não deveriam ser disciplinares e, sim, transversais, perpassando por todas

as áreas do conhecimento. Entretanto, consideramos que ter um componente específico sobre sexualidade é interessante por permitir com que muitos conhecimentos deixem de "disputar espaços" no currículo com os de outras disciplinas e, por muitas vezes, perdendo para outros conhecimentos considerados mais válidos.

Nesse ínterim, é possível perceber como o estímulo das políticas nacionais acabam refletindo localmente, ainda que, devido ao conservadorismo político, não se efetivaram enquanto políticas públicas e propostas curriculares. Pensando em nível nacional, é possível citar que, em 2004, no primeiro mandato do governo de Luís Inácio Lula da Silva, houve o advento de programas e ações da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) buscando reduzir as desigualdades educacionais, promovendo o pleno acesso à escolarização e à participação das/os discentes com equidade e reconhecimento das diferenças.

Com as iniciativas da SECADI, nesse mesmo ano, o governo federal, por meio da articulação entre algumas secretarias, criou o programa Brasil Sem Homofobia para combater a violência e a discriminação contra a chamada população LGBT, respeitando a especificidade de cada um desses grupos populacionais, e garantindo sua cidadania. Entre as ações, estava o direito à educação com a elaboração de diretrizes que orientassem as instituições de ensino e à formação das/os docentes na implementação de iniciativas que promovessem o respeito e a não discriminação pela orientação sexual (BRASIL, 2004).

Outro programa que consideramos importante foi o Gênero e Diversidade na Escola (GDE), criado em 2006, destinado às/aos docentes dos anos finais do ensino fundamental, visando auxiliar, à distância, na formação continuada para o combate a atitudes e

comportamentos preconceituosos em relação às questões de gênero, raça e orientação sexual (BRASIL, 2009).

Sendo assim, consideramos esses projetos como um marco histórico na luta pelo direito à dignidade e pelo reconhecimento das diferenças, em especial, no que tange à diversidade de gênero e sexual. Apesar disso, compreendemos que essas medidas não se firmaram enquanto políticas de Estado, mas atreladas ao governo do Partido dos Trabalhadores, tanto que, com o golpe do mandato de Dilma Rousseff, em 2016, esses projetos deixaram de existir por conta das mudanças de interesse dos que assumiram a presidência.

Esse contexto nacional das políticas públicas repercutiu em âmbito estadual e, consequentemente, municipal, afetando a disciplina EPS. Pensando localmente, na cidade de Jequié (BA), ao longo da existência da disciplina EPS, seis representantes distintos, de diferentes partidos políticos, assumiram o comando da prefeitura. Conforme relatado nas entrevistas narrativas, Bruna (docente da disciplina EPS, entrevista realizada em 18/08/2021) e Cristiane (ex-técnica pedagógica da SME, entrevista realizada em 13/04/2021) destacaram que, nos primeiros anos de criação da disciplina EPS, foram desenvolvidos alguns projetos (ex. Semana do Adolescente), fóruns e a implementação de um núcleo da diversidade na SME.

De acordo com Bruna e Cristiane, a potencialidade de eventos, como o da Semana do Adolescente, foi importante para promover com que as/os discentes e todo o corpo escolar difundissem os conhecimentos abordados na disciplina EPS para toda a comunidade. Esse projeto era promovido pela SME de Jequié, havendo um envolvimento do município e do estado para a sua realização.

Nesse sentido, percebemos que, entre 2005 e 2008, embora com algumas críticas, a disciplina vai se consolidando e sendo reconhecida como um importante elemento político em Jequié. A

construção desses espaços fortalecia e ampliava as discussões sobre sexualidade. A intenção era que, anualmente, fosse feito um Fórum Municipal da disciplina Educação para Sexualidade, como foi realizado em 2007. Entretanto, conforme apontado por Cristiane, as mudanças de gestões interferiram na manutenção desses debates. Dessa forma, após esse período, poucas iniciativas foram realizadas e a disciplina foi sendo menos visibilizada. Apesar disso, destacamos que ela não foi retirada com as mudanças de governo.

Nesse período, o fortalecimento da disciplina EPS também está relacionado com as pesquisas e cursos em torno desta temática que passaram a ser desenvolvidos na universidade. Dessa forma, um ponto importante destacado no decorrer das entrevistas, por algumas profissionais da SME e docentes da disciplina EPS, foi a criação do Órgão de Educação e Relações Étnicas (Odeere) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), campus de Jequié, no ano de 2005.

Dentre suas atividades, o Odeere proporciona uma maior interação com a comunidade ao promover cursos de Extensão, tais como o de "Formação continuada de educadoras e educadores nas temáticas relativas às identidades de gênero e sexuais", oferecido em 2009, 2010, 2011 e 2013 e o de Gênero, Raça e Diversidade sexual, ofertado entre 2015-2019 e entre 2022 até o momento atual. De acordo com as entrevistadas, Bruna, Priscila (técnica pedagógica da SME, entrevista realizada em 23/08/2021) e Mônica (ex-docente da disciplina EPS, entrevista realizada em 30/08/2021), os cursos contribuíram para a sua formação e de outras/os docentes e segmentos da sociedade.

Diante da importância das discussões destas temáticas, a formação de professoras/es para o debate destas questões tem sido um grande desafio. De modo geral, as/os docentes têm dificuldades em

abordar essas questões em sala de aula, muitas vezes, devido a um currículo de licenciatura que privilegia determinados conhecimentos e silencia outros, tais como gênero e sexualidade. Desta forma, percebemos como isso interfere na formação destas/es, impedindo que rompam com estruturas do modelo eurocêntrico, cisheteronormativo e binário nas práticas pedagógicas. As preconcepções das/os docentes, enraizadas por equívocos que geram discriminações acerca do "eu" e do "outro", orientam as formas de conduzir as atividades educativas, sendo necessária a existência de espaços de formação inicial e continuada que auxiliem as/os educadoras/es a discutir e atuar frente a essas questões.

Cristiane e Priscila ressaltaram que os professores Ms. Josmar Barreto Duarte e Dr. Marcos Lopes de Souza, ambos da UESB, campus de Jequié (BA), contribuíram para os diálogos e debates em relação à disciplina Educação para Sexualidade. O Prof. Marcos coordena o Acuendações – Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Sexualidade e Relações Étnico-raciais e já havia realizado algumas aproximações com a disciplina EPS, entre os anos de 2005 e 2008, inclusive, em parceria com a SME de Jequié. Ao longo desse percurso, foram desenvolvidas algumas pesquisas, participações em eventos e formações relacionadas à disciplina EPS. Essas aproximações ocorreram em momentos pontuais, sendo um reflexo do cenário nacional e municipal de valorização das discussões sobre sexualidade. Contudo, ao longo do tempo iniciativas como essas deixaram de existir. Apesar dos esforços empregados, atualmente não se observa o mesmo empenho por parte de outros setores da esfera municipal.

Na medida em que a luta dos movimentos sociais avança, grupos reacionários entendem que suas visões de mundo e verdades estão sendo ameaçadas. Sendo assim, esses grupos passaram a resistir a inserção de gênero e sexualidade, principalmente, no âmbito escolar.

Uma das iniciativas mais consistente dos ataques conservadores foi o Movimento Escola sem Partido, fundado em 2004 e finalizado pelo seu idealizador em 2019. Segundo informações do antigo site deste movimento, seu objetivo era "inibir a prática da doutrinação política e ideológica em sala de aula e a usurpação do direito dos pais dos alunos sobre a educação moral dos seus filhos"[3]. Para esse grupo, ao falar sobre essas questões nas instituições escolares, as/os docentes estariam doutrinando as/os alunas/os e indo de encontro aos valores morais e éticos da família tradicional brasileira.

O fortalecimento das interdições sobre essas temáticas levou a proliferação do slogan mentiroso intitulado de "kit gay"[4], se referindo ao material "Escola sem Homofobia", no ano de 2011. Segundo Toni Reis e Edla Eggert (2017), notificações extrajudiciais começarem a ser entregues nas escolas pelos familiares para impedir com que essas informações circulassem, intimidando os/as profissionais de educação. O kit anti-homofobia seria distribuído pelo Ministério da Educação (MEC) para as instituições públicas do ensino médio com o objetivo de orientar as/os docentes e discentes a lidar com o preconceito em relação à diversidade de gênero e sexual. Contudo, a bancada cristã e conservadora da Câmara de Deputados considerou que esse conhecimento estimularia as/os discentes a serem LGBTTQIAPN+. Argumentos apoiados por esta bancada da Câmara de Deputados, que barraram a divulgação das cartilhas, demonstram o preconceito, a

[3] Disponível em: <https://www.escolasempartido.org >. Acesso em: 14 de setembro de 2020.
[4] A bancada conservadora da Câmara de Deputados criticou o conteúdo da cartilha contra a homofobia, desenvolvido com a parceria entre o Ministério da Educação (MEC) e a organização não-governamental Ecos Comunicação em Sexualidade, apelidando pejorativamente de kit gay. Contudo, esse material é construtivo, didático, pedagógico e respeita o tempo de formação das crianças para o desenvolvimento de uma sociedade que lute contra a violência e a discriminação em relação à comunidade LGBTTQIAPN+.

falta de conhecimento sobre a sexualidade e o desinteresse em acabar com a LGBTTQIAPN+fobia.

Nos últimos anos, houve também a eclosão de um movimento religioso conservador que passou a utilizar o termo "ideologia de gênero" ao referenciamento contra os estudos de gênero. Dessa forma, foram desenvolvidas ações políticas que reafirmaram e impunham valores cristãos tradicionais e dogmáticos, buscando conter a garantia ou ampliação de direitos voltados para as mulheres e LGBTTQIAPN+. Sendo assim, tem sido realizado um forte investimento para que haja uma (re)naturalização do conceito de família, da cisgeneridade e da heterossexualidade. Nesse sentido, busca-se a defesa de uma família representada como a "única natural", criada por meio do matrimônio cisheterossexual reprodutivo e apresentada como aquela que deve ser protegida, pois é ameaçada constantemente (JUNQUEIRA, 2017).

Como efeito das discussões do Movimento Escola sem Partido e do Movimento Contra a Ideologia de gênero, por meio da tematização dos "riscos" ao serem inseridas essas discussões nas instituições escolares, foram pautadas reformulações curriculares. Pensando em nível local, no município de Jequié (BA), desde 2015, ocorreram muitos confrontos desde que iniciaram as Audiências Públicas para as discussões do Plano Municipal de Educação (PME), período de 2015 a 2025.

Como resultado dessas audiências, o debate centrou-se na retirada das questões de gênero e sexualidade por movimentos conservadores apoiados, sobretudo, pelas igrejas católicas e protestantes. Dessa forma, questões referentes à eleição direta para a diretoria escolar e a melhoria da alfabetização foram consideradas menos importante devido ao receio de que houvesse a inserção de gênero e sexualidade nesse PME. No documento final do PME, as

diretrizes relacionadas à gênero e sexualidade foram retiradas, porém o componente curricular não foi excluído das escolas (SANTANA; SOUZA, 2019).

Dado o atual contexto social, político e histórico que reitera diversos ataques e acusações sobre as discussões de gênero e sexualidade na escola, esse retrocesso direciona nossa atenção para criarmos resistências, combatendo esses ataques e estimulando as discussões e pesquisas nessas áreas. Destarte, ter um componente curricular que fale sobre sexualidade, na educação básica, é persistir diante das investidas ao nosso trabalho. De acordo com Judith Revel (2005), inspirada nos conceitos essenciais de Foucault, a resistência acontece por meio das relações de poder como uma possibilidade de criar um espaço de lutas e possibilidades de transformações por toda parte.

A articulação dos grupos conservadores, além de impedir com que conquistas históricas sejam garantidas e promovidas, buscam controlar e limitar o debate e a proliferação de saberes que poderiam romper com o patriarcado e a cisheteronormatividade em nossa sociedade. Conforme destacado nessa breve análise histórica, é possível compreender que resistir é ir contra o processo de controle e disciplinamento das/os corpas/os que tem raízes profundas em nossa sociedade (FOUCAULT, 1988). Dessa forma, resistir é construir novas possibilidades de viver as vidas que ainda não foram pensadas.

Para Michel Foucault (1988), as correlações de poder não podem existir sem que haja diversas regiões de resistências, presentes em todo o emaranhado da rede de poder. Portanto, esse autor nos aponta que existem: "[...] resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao 264

compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício [...]" (FOUCAULT, 1988, p. 106).

Nessas lutas e embates, as relações de força encontram-se por todas as partes. Como aponta Michel Foucault, "[...] o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada." (FOUCAULT, 1998, p. 89). Apesar de estarmos envolvidos em relações assimétricas de poder, é importante nos mobilizarmos ativamente para criar, transformar, articular e (re)construir práticas de resistência visando a modificação da realidade.

Com a intensificação dos movimentos conservadores e retirada das discussões de gênero e sexualidade do currículo das instituições escolares, a disciplina Educação para Sexualidade continua sendo desenvolvida no município de Jequié, desde 2005. Embora não tenha havido investimentos na formação para o trabalho com o componente EPS, compreendemos que os governos municipais não foram contrários ao seu desenvolvimento.

Ao longo do tempo, a disciplina Educação para Sexualidade vai ganhando contornos diferentes conforme quem vai assumindo esse componente curricular. Docentes mais jovens vêm trazendo novas discussões e ressignificando sua proposta curricular. Assim, compreendemos essa disciplina como multifacetada, ou seja, dependendo de quem a assume, esta(e) pode dar conotações singulares para o componente curricular. De qualquer forma, consideramos um avanço o fortalecimento desses debates que, durante muito tempo, se mantiveram ausentes das instituições escolares ou restritas aos momentos pontuais.

Embora tenha sido criada para trazer discussões numa perspectiva preventiva e, algumas vezes higienista, pesquisas de

Azevedo (2013), Cabral (2016), Souza (2017), Santana (2020) e Passos (2022) destacam que as discussões na disciplina também se configuram como um local de escapes. Nessas pesquisas, algumas/alguns professoras/es afirmam que discutem, em suas aulas, questões relacionadas à diversidade sexual, identidades de gênero, intersexualidade, masturbação, violência sexual.

Ainda percebemos que a disciplina EPS tem dialogado pouco sobre o desejo e o prazer sexual. Apoiados em Deborah Britzman (2001), reiteramos a necessidade de o debate sobre sexualidade não se limitar ao perigo e ao contágio das IST e da aids. Inclusive, as pesquisas realizadas por Queiroz (2007) e Passos e Souza (2019) salientam que as(os) discentes consideram a disciplina EPS relevante e manifestam o desejo de que, além do que já é dito, a disciplina também aborde de maneira mais contundente as relações e os prazeres sexuais.

Isso nos faz refletir sobre os processos de subjetivação que envolvem essas/es discentes. Afinal, que sujeitos desejam formar introduzindo esses conhecimentos nas discussões? De acordo com Anderson Ferrari (2010), entendemos a educação como campo privilegiado para a construção de sujeitos e subjetividades, seja por meio de uma educação mais formal no que se refere à formação docente, currículo, cotidiano escolar, ou mesmo aquela que diz de um propósito mais amplo. Portanto, esses processos de construção dos sujeitos e das subjetividades nos permitem colocar a cultura e a sociedade em debate.

Diante disso, defender a continuidade desse componente curricular é um desafio para nós que acreditamos na necessidade da construção de uma sociedade que reconheça as diferenças e possibilite a vivência da sexualidade contestando a ordem regulatória

cisheteronormativa e patriarcal. Por isso, precisamos continuar res(ex)istindo.

Reflexões Infindáveis

O estímulo de políticas nacionais, tais como os PCN, em 1998, provocou a iniciativa para as discussões sobre sexualidade na escola. A criação da SECADI, do Programa Brasil Sem Homofobia e do Curso Gênero e Diversidade na Escola também foram importantes para o reconhecimento e fortalecimento do debate sobre diversidade de gênero e sexual na escola, embora, não tenham se firmado enquanto políticas de Estado. Em contrapartida, possivelmente, o estímulo desses projetos refletiu na criação, em 2005, da disciplina Educação para Sexualidade em escolas municipais de ensino fundamental em Jequié (BA).

No início, as discussões da disciplina EPS foram fortalecidas e ampliadas por meio de projetos, fóruns e núcleo da diversidade. Entretanto, as mudanças de gestões políticas interferiram na manutenção desses debates. As narrativas indicaram que as pesquisas do grupo Acuendações e os cursos fornecidos pelo Odeere fortaleceram sua permanência.

Entre os ataques realizados no município de Jequié em relação às questões de gênero e sexualidade, houve a retirada das diretrizes sobre sexualidade do PME (2015-2025), por pressões de movimentos religiosos católicos e protestantes e outros grupos conservadores. Apesar disso, a disciplina EPS continua sendo desenvolvida e resiste, embora, esteja, de alguma forma, ameaçada.

Ao longo do tempo, as(os) docentes da disciplina Educação para Sexualidade centralizaram os debates das aulas em torno das questões da prevenção à gravidez na adolescência e ao contágio das

IST/aids, contudo, nos últimos anos têm havido novos enfoques, especialmente em relação à diversidade de gênero e sexual e à violência sexual, embora nem sempre as(os) professoras(es) se sintam seguras(os) e confortáveis em desenvolver essas discussões.

Referências

AZEVEDO, Suse Mayre Martins Moreira. **Estudo investigativo da disciplina Educação para a Sexualidade em escolas da rede municipal de Jequié-BA**. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Formação de Professores). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié (BA), 2013.

AZEVEDO, Suse Mayre Martins Moreira; SOUZA, Marcos Lopes de. O ensino da sexualidade em um componente curricular específico: regulações e escapes. **Ensino em Revista**, Minas Gerais, v. 23, n. 2, p. 367-386, 2016.

BRASIL. Secretaria da Educação Básica. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia**: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

BRASIL. **Gênero e diversidade na escola**: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. *In:* LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2001, p. 83-111.

CABRAL, Suzane Nascimento. **Quando a sexualidade invade a escola**: um estudo sobre os movimentos da disciplina educação para a sexualidade. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Formação de Professores). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié (BA), 2016.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "epistemologia". **Educar em Revista**. Curitiba: Editora UFPR, n. 35, p. 37-51, 2009.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, v. 2, p. 177-229, 1990.

FERRARI, Anderson. Sujeitos, subjetividades e educação. *In:* FERRARI, Anderson. **Sujeitos, subjetividades e educação**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010. p. 7-18.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. *In:* BAUER; Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 10. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012. p. 90-113.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. "Ideologia de gênero": a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma "ameaça à família natural"? *In:* RIBEIRO, Paula Regina Costa; MAGALHÃES, Joanalira Corpes. **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017, p. 25-52.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (orgs.). **Currículo**: debates contemporâneos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. Conhecer, pesquisar e escrever... **Educação, Sociedade e Culturas**, n. 25, p. 235-245, 2007.

PASSOS, Vinicius Mascarenhas dos. **Transform(ações) e(m) disputas:** quais currículos têm sido construídos na disciplina Educação para Sexualidade? 2022. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Formação de Professores). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié (BA), 2022.

PASSOS, Vinicius Mascarenhas dos; SOUZA, Marcos Lopes de. "Sexo é bom, mas tem que prevenir": as compreensões de estudantes sobre a disciplina Educação para Sexualidade. 2019. In: ENCONTRO REGIONAL DE ENSINO DE BIOLOGIA RJ/ES, 9., 2019, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: MGSC Editora, 2019, v. 1. p. 2032-2045.

QUEIROZ, Maria José Sá Barreto. **Estudo avaliativo da disciplina Educação para a Sexualidade em escolas municipais de Jequié-BA**. 2007. Monografia (Especialização em Ensino de Ciências "A Construção do Conhecimento e o Ensino de Ciências". Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Jequié, 2007.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de Gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, jan./mar., 2017.

REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. Trad. Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlos Piovesani. São Carlos: Claraluz, 2005.

SANTANA, Thaís Santos. **"Você vai adorar a professora, ela é ótima, ela é boca porca":** discursos construídos na disciplina Educação para Sexualidade em uma escola no campo. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Formação de Professores). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié (BA), 2020.

SANTANA, Thaís Santos; SOUZA, Marcos Lopes de. A disciplina educação para a sexualidade como espaço de res(ex)istência nas escolas municipais de Jequié-BA. Editora Santana, p. 83-88, 2019. In: Colóquio Nacional, 13., Colóquio Internacional do Museu Pedagógico, 6., 2019, Vitória da Conquista, BA. **Anais...** Vitória da Conquista, BA: Edições UESB, 2019. v. 1. p. 83-88.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias de currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2010.

SOUZA, Laís Machado de. **"Não morreram de amor, morreram de promiscuidade":** discursos de professoras sobre a interface entre sexualidade e saúde durante momentos formativos mediados por artefatos culturais. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Formação de Professores). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié (BA), 2017.